

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

**Demonstrações contábeis no
período de 06 de agosto de
2021 (início das atividades) a
31 de dezembro de 2021**

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Demonstrações contábeis

Índice

Balanços patrimoniais.....	03
Demonstrações do resultado	04
Demonstrações do resultado abrangente	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstrações dos fluxos caixa - método indireto	07
Notas explicativas às demonstrações contábeis	08

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	3
Aplicações financeiras	6	1.101
Impostos e contribuições a recuperar		28
		<u>1.132</u>
Total do ativo circulante		<u>1.132</u>
Investimentos	8	28.392
		<u>28.392</u>
Total do ativo não circulante		<u>28.392</u>
Total do ativo		<u><u>29.524</u></u>

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher		28
Outras contas a pagar	7	447
		<u>475</u>
Total do passivo circulante		<u>475</u>
Patrimônio líquido	9	
Capital social	9.1	41.100
Prejuízos acumulados		(12.051)
		<u>29.049</u>
Total do patrimônio líquido		<u>29.049</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>29.524</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Demonstração do resultado

Período de 06 de agosto (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	10	(447)
Resultado da equivalência patrimonial	8	<u>(11.608)</u>
Total de receitas (despesas) operacionais		<u>(12.055)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(12.055)</u>
Receitas financeiras		<u>4</u>
Resultado financeiro		<u>4</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(12.051)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 06 de agosto (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(12.051)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>(12.051)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 06 de agosto (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 06 de agosto de 2021		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital	9.1	41.100	-	41.100
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(12.051)</u>	<u>(12.051)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>41.100</u>	<u>(12.051)</u>	<u>29.049</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Período de 06 de agosto (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do exercício	(12.051)
Ajustes para:	
Resultado de equivalência patrimonial	11.608
Rendimentos de aplicações financeiras	(4)
	<u>(447)</u>
Variações em:	
Impostos e contribuições a recuperar	(28)
Impostos e contribuições a recolher	28
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	447
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>-</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisição de investimento	(40.000)
Aplicações financeiras	(1.097)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(41.097)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Aumento de capital	41.100
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>41.100</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>3</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>3</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Participações e Investimentos III S.A. (“Companhia” ou “Equatorial Participações III”), em conjunto com sua controlada, denominada “Grupo”, é uma *holding*, constituída em 6 de agosto de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial Energia S.A é controladora da “Equatorial Participações III”.

1.1 Entidade controlada

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	2021
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. - CSA	(a)	80,00%

- (a) Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. (“CSA”): sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Macapá, no Estado do Amapá, constituída em 21 de dezembro de 2021. A CSA está em fase de operação assistida e irá iniciar suas atividades em 19 de junho de 2022, com objeto único e exclusivo de exploração os serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água, incluindo as atividades, infraestruturas e instalações necessárias: (i) ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de mediação; (ii) ao esgotamento sanitário e gestão de redes de esgoto, incluindo as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; e (iii) às atividades acessórias ou associadas, tudo em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado no âmbito do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 (Edital), para Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá.

A Concessionária de Saneamento do Amapá (“CSA”) foi mencionada nas notas explicativas a seguir apenas como “Controlada”.

1.2 Impactos da COVID-19

Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19.

Considerando que a Controlada da Companhia não iniciou a exploração dos serviços relacionados à concessão, uma vez que está em curso a fase de operação assistida, não houve impacto nas suas demonstrações contábeis decorrentes da Covid-19. A CSA, quando entrar em operação, irá monitorar atentamente a disseminação da pandemia no território nacional e seus desdobramentos.

2 Contratos de concessão

O Contrato de Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá (Contrato de Concessão), assinado em 21 de dezembro de 2021, foi celebrado entre o Estado do Amapá (Estado) e a Controlada da Companhia e possui vencimento em 21 de dezembro de 2056, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

O Contrato de concessão prevê, como condição à exploração da concessão, pagamento de outorga aos municípios que integram a concessão no montante de R\$ 930.008. Além do pagamento da outorga, o Contrato de concessão estabelece a realização de investimento adicionais, no montante de R\$ 880.008, atualizado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), a partir do terceiro ano de concessão, ao longo de um período de dez anos.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 21 de dezembro de 2021, a Concessionária de Saneamento do Amapá deu início a fase de operação assistida, que ocorrerá no período de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias em circunstâncias contratualmente estabelecidas. Nesta fase, a CSA realizará o acompanhamento das atividades relacionadas à operação do sistema, figurando a Companhia da Água e Esgoto do Amapá (CAESA), para todos os efeitos, integralmente responsável pela prestação dos serviços e titular das receitas provenientes desta operação.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de junho de 2022.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8 - Equivalência patrimonial em investidas:** Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- **Nota explicativa nº 11 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(a) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 11.2 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações contábeis, exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 4.8.

4.1 Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contos a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realizou uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

4.3.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Reforma na taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a controlada da Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a controlada da Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a controlada da Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

4.3.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Capital social

4.4.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.6 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.6.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(a) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros e Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada, uma vez que não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

(b) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4.7 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

(b) IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia.

(c) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

(e) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada.

(f) Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia não espera impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); e
- Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	<u>3</u>
Total	<u>3</u>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e os investimentos estratégicos da Companhia

6 Aplicações financeiras

	<u>2021</u>
Circulante	
Fundos de investimentos (a)	
Cotas de fundos de investimento	<u>1.101</u>
Total circulante	<u>1.101</u>

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido), conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, equivale a 102,07% do CDI.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui movimentação com partes relacionadas, vinculada ao grupo de outras contas a pagar com a controlada Concessionária de Saneamento do Amapá:

Empresas	Nota	31/12/2021	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar			
Controlada direta			
Concessionária de Saneamento do Amapá -CSA	(a)	(447)	(447)
Total		(447)	(447)

(a) Referem-se a gastos pré-operacionais da Companhia pagos pela Controlada Concessionária de Saneamento do Amapá - CSA.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Em 21 de julho de 2021, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2021.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA), com ônus nos contratos de financiamentos.

8 Investimentos

As principais informações sobre investimento na controlada estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	2021
Avaliados por equivalência patrimonial:		
CSA	80,00%	28.392
Total		28.392

8.1 Movimentação dos investimentos em controlada

Controlada	2020	Aquisição de investimento	Resultado da equivalência patrimonial	2021
CSA	-	40.000	(11.608)	28.392
Total	-	40.000	(11.608)	28.392

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
 Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

8.2 Informações da controlada

A Companhia apresenta abaixo a posição de sua controlada individualmente.

Saldos em 2021	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
CSA	80,00%	109.756	214	930.008	1.004.060	35.490	-	(10.880)	-	(3.630)	-	(14.510)
		109.756	214	930.008	1.004.060	35.490	-	(10.880)	-	(3.630)	-	(14.510)

8.3 Conciliação dos investimentos

Controlada	Participação societária	2021			
		Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Total dos investimentos
CSA	80,00%	35.490	(14.510)	(11.608)	28.392
		35.490	(14.510)	(11.608)	28.392

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Patrimônio líquido

9.1 Capital social

O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 41.100, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Total	%
Equatorial Energia	41.100.399	41.100.399	100,00%
Equatorial Serviços	1	1	-
Total	<u>41.100.400</u>	<u>41.100.400</u>	<u>100%</u>

10 Despesas administrativas

	<u>06 de agosto a 31 de dezembro de 2021</u>
Serviços de terceiros (a)	<u>(447)</u>
Total	<u><u>(447)</u></u>

(a) Rubrica relacionada a gastos de aquisição da Controlada CSA, como taxas de corretagem.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Instrumentos financeiros

11.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: aplicações financeiras, fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

11.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

(i) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados conforme a seguir:

¹ O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direitos.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2021	
			Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	3	3
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.101	1.101
Total do ativo			1.104	1.104

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais; e

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois, em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos em que os vencimentos se limitam a doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI.

11.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Controladora da Companhia, Equatorial Energia, tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitoram a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A controlada da Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2021 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.101	1.231	1.263	1.296	1.199	1.166
Impacto no resultado do exercício				32	65	(32)	(65)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2021	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		11,79%	4,42%	14,74%	17,69%	8,84%	5,90%

Fonte: B3 e Santander

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis --Continuação
Período de 06 de agosto de 2021 a 31 dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

11.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

12 Demonstração dos fluxos de caixa

12.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício de 2021, não ocorreram na Companhia transações de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa.

* * *

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-presidente

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA